



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Circular nº 469/19

Brasília(DF), 08 de novembro de 2019

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s Diretora(e)s do ANDES-SN

Companheiro(a)s

Estamos encaminhando o Relatório do XVII Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES, realizado no período de 20 a 22 de setembro do corrente ano, em Gurupi/TO.

Para acessar os slides contidos nos Anexos IV a VIII, clique [AQUI](#).

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof^ª. Jacqueline Rodrigues de Lima
2^a Secretária



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
**RELATÓRIO DO XVII ENCONTRO NACIONAL DO SETOR DAS
IEES/IMESTEMA: “NA DEFESA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E
MUNICIPAIS, DOS DIREITOS E DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS: NOSSA
RESPOSTA É RESISTÊNCIA”.**

Local: APUG – Seção Sindical / Gurupi (TO)

Data: 20, 21 e 22 de setembro de 2019.

Coordenação do Setor: Raquel Dias Araújo, Caroline Araújo de Lima, Emerson Duarte Monte e Luiz Henrique dos Santos Blume.

Seções Sindicais: Anexo I

Apresentação

O XVII Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES foi realizado com o objetivo de organizar a luta e formular política sindical no ANDES-SN voltado para o setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior. O Encontro contou com a participação de 15 seções sindicais. Com o tema "Na defesa das universidades estaduais e municipais, dos direitos e das liberdades democráticas: Nossa Resposta é Resistência", o encontro promoveu debates e apontou propostas em defesa das universidades públicas estaduais e municipais, dos direitos e das liberdades democráticas.

Dia 20/09/19

Das 14h às 14h30 – Mesa de Abertura

A abertura do evento contou com as apresentações da Orquestra Juvenil de Cordas da Casa de Cultura da Unirg e do cantor e professor Everton dos ANDES-SN que apresentou sua música embasada em ritmos regionais, como a Sússia e o Tambor.

Após as apresentações culturais, a mesa de abertura contou com a presença de Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN; Paulo Henrique, presidente da APUG SSind; Sara Falcão, reitora da Unirg; Neila Nunes presidente da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Tocantins - SESDUFT; Maurício Silva, 1º Vice- Presidente da Regional Planalto do ANDES-SN; e de Walef Félix, do Diretório Central dos



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior Estudantes (DCE) da Unirg; além dos representantes do Sindicato do(a)s Trabalhadore(a)s em Educação no Estado do Tocantins (Sintet), Gabriela Cardoso, e da Associação dos servidores da Fundação Unirg (Asaunirg), Gladiston Carvalho.

Das 14h30às 17h30 – Mesa Análise da conjuntura

A primeira mesa de trabalho tratou da análise da conjuntura e contou com a participação de Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN; André Uzêda, do Fórum das Associações Docentes (ADs) das Universidades Estaduais da Bahia (Ueba); de Rosângela Assunção, da Associação dos Docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí (Adcesp SSind.); de Rivânia Moura, da Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Aduern SSind.).

André Uzêda (Fórum das Associações Docentes – ADs das Universidades Estaduais da Bahia – Ueba):

A fala passou pela expressão das lutas das 4 universidades estaduais da Bahia e a análise da conjuntura partiu das lutas na Bahia. Hoje vive-se no Estado uma perda salarial de 27% salarial e estamos encampando uma luta contra o governo Rui Costa com uma política de desfinanciamento. O governador iniciou seu segundo governo atacando a educação superior e a carreira do funcionalismo público. Há uma comparação entre Governo Rui e Bolsonaro nos ataques diretos à educação, que agora ataca o Regime de Trabalho negando a DE, implementa corte orçamentário no custeio e investimento com impacto nos terceirizados e nas políticas acadêmicas e públicas. O Governo Rui vai as rádios atacar as universidades e a categoria docente, nem garantiu os direitos trabalhistas nos últimos 4 anos e só com a greve conseguimos abertura de negociação e a conquista de se manter os direitos. O governo também atacou a FAPESB e a Ciência e Tecnologia, a educação básica com a proposta de entrada de OS pra administrar as escolas e com a militarização. Agora, quer mudar as regras para DE de forma autoritária. Respondemos isso com a Resistência e com a greve! E a unidade das 4 seções sindicais foi fundamental para enfrentarmos o governo. Não conseguimos



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
tudo da pauta, mas o suficiente para garantir o funcionamento das UEBA e nossos direitos trabalhistas.

Rosângela Assunção (Adcesp): Apresenta a memória das lutas da ADCESP. Os governos neoliberais e de conciliação de classes prejudicaram o movimento sindical. A universidade melhorou de forma significativa com as greves. As lutas em defesa da UESPI, por exemplo, deram uma cara de universidade à UESPI e garantiram as políticas públicas e acadêmicas. As greves iniciaram em 2003/2004 dentro dos governos petistas, com corte de ponto e o governo decretando a greve ilegal. A pauta das greves era defesa da carreira docente e a implementação das promoções e progressões. Foram greves difíceis porque a categoria tinha compreensão de que o Estado estava em crise e seria impossível aumento salarial, na negociação em assembleia saiu a pauta de reposição inflacionária e iniciar um trabalho de convencimento da necessidade da greve, porque precisamos antes de pautar a greve convencer a categoria, sem isso nas assembleias não conseguimos deflagrar greves fortes. A realização de audiências públicas e marchas em defesa da universidade contribuíram para deixar a categoria mobilizada e a greve forte. Também foi importante a unidade com estudantes e técnico(a)s, mas isso tem limitações, pois o(a)s estudantes não permitiam um diálogo franco e de planejamento das ações, só na parte de apoio financeiro. O desafio hoje é a categoria compreender o papel do sindicato nas lutas. Apontou que não há outro instrumento de luta eficaz maior ou melhor que a greve. As greves demonstraram isso, mas, principalmente, a greve de 2019, destacando a importância do ANDES-SN na greve e para manter a luta! **(Anexo IV)**

Rivânia Moura (Aduern): As falas do Fórum das AD e da ADUESP indicam que a palavra de ordem é a resistência, palavra chave do nosso encontro; farei um debate geral e depois farei o recorte para educação e para as universidades. Não podemos desconsiderar a EC95, pois ela impõe uma nova forma de ajuste fiscal, aumentando a parcela do fundo público para o capital financeiro. Precisamos estar juntos com as lutas gerais, pois elas são interseccionais. O Future-se pode sim impactar nas IEES/IMES – é



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior um tipo particular de Universidades, é um modo de privatização de serviços, dos direitos sociais, vendendo por dentro, que significa o desmonte da educação pública através dos cortes e as IEES/IMES já vivem esse processo de desfinanciamento. O uso de OS e das empresas com salas e espaço físico nas universidades transforma as universidades em captadoras de recurso, ferindo a autonomia da universidade. O desrespeito à consulta para escolha de reitores(a)s e com intervenção nos IF e CEFET, o corte nas bolsas da CAPES, do CNPq e das Fundações de Amparo impactam nas ações de extensão e pesquisa das IEES/IMES e ataca a pós-graduação. O contingenciamento hoje inviabiliza os serviços terceirizados, e quando há orçamento é para pagar quase que 70% da folha de terceirizado(a)s. A pauta unificada na ADUERN vem fortalecendo a luta por direitos e culminou numa greve por defesa de salários e dignidade; essa greve derrotou o pacote de maldades do governo!

Antônio Gonçalves (ANDES-SN): Inicia o debate falando sobre a UNIR, que é pública, mas não é gratuita, para afirmar que nossos inimigos de classe precisam privatizar as Universidades para dar resposta à crise do capital. A ditadura empresarial-militar no Brasil foi a expressão inclusive da privatização da educação. A conciliação de classes e ausência de uma alternativa faz com que os governos da conciliação eleitos com uma percentagem de até 70% apliquem a política neoliberal com a justificativa que o funcionalismo público é privilegiado; que há crise nos estados e precisa privatizar os serviços e a educação. O capital não tem uma saída para sua crise e aplica a conta nos nossos ombros, atacando as universidades e a carreira docente. O FUTURE-SE é um projeto para toda a educação superior. Nosso sistema de ensino superior é muito avançado, com carreira, concurso público, financiamento público, tripé ensino, pesquisa e extensão. Só o Brasil, por exemplo, tem docentes com dedicação exclusiva. Isso irá deixar de existir se o Future-se avançar! Hoje o ANDES-SN tem feito um esforço por ações unitárias e a nossa resistência vem respondendo com luta em defesa da educação! Não devemos temer o capital e sim o capital deve nos temer!



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Das 18h às 20h – Painel das Seções Sindicais

As seções sindicais receberam um formulário enviado pela Circular nº 350/19 (**Anexo II**), o qual deveria orientar a apresentação durante o painel e ser enviado preenchido para constar no relatório. Todas as seções sindicais presentes participaram do painel, a saber, X seções sindicais, no entanto, apenas 3 enviaram o formulário preenchido, os quais estão anexos neste relatório (**Anexo III**).

Dia 21/09/19

9h às 12h – A Universidade como espaço da diversidade e defesa das liberdades democráticas.

Antecedendo à mesa, o coletivo Um Corpo, Uma Voz, formado por acadêmicas do Instituto Federal de Tocantins (IFTO) fizeram uma apresentação cultural com temáticas como feminismo, feminicídio e violência doméstica.

A segunda mesa debateu "A Universidade como espaço da diversidade e defesa das liberdades democráticas" foi composta por Jacqueline Lima, 2ª Secretária do ANDES-SN; Rosineide Freitas, da Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Asduerj SSind.); e Raquel Dias, 1ª Tesoureira do ANDES-SN.

Raquel Dias (ANDES-SN): Iniciou a sua fala delimitando que ela será centrada no acúmulo que o GTPE realizou, principalmente, sobre o tema Escola Sem Partido. Antes de tratar esse tema central, como parte dos ataques às liberdades democráticas, torna-se necessário apresentar o conteúdo teórico que dá base para esse tema, que é acerca do Conservadorismo. Tratou, dessa forma, o tema do Conservadorismo a partir da base teórica construída por Edmund Burke, principalmente exposta em sua obra sobre "Reflexões sobre a Revolução em França", de 1790, em que ele tece diversas críticas à Revolução Francesa. Portanto, o Conservadorismo defende a manutenção do status quo, em determinado período histórico, das classes dominantes.

No Brasil, o Conservadorismo avança a partir de 2016, com o impeachment da presidenta Dilma, contudo ele inicia antes desse período. Parte do conteúdo expresso por meio das Jornadas de Junho, em 2013, é expressão do crescimento do conservadorismo no Brasil, ainda em fase gestacional, mas com fortes elementos direcionados ao processo de contenção do avanço dos movimentos de esquerda.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Apresenta, por fim, o movimento Escola sem Partido, que mantém as suas bases de estruturação em ideias conservadoras a fim de combater a liberdade de ensinar e aprender no interior do sistema educacional, tendo em vista que, com as conquistas auferidas por meio das lutas sociais no interior das pautas educacionais, a escola pública assumiu o caráter crítica perante as contradições da sociedade de classes. Portanto, para os que defendem a manutenção dos privilégios de classe, pensar um modelo de educação e de conteúdos curriculares que possibilitem o desenvolvimento da capacidade da crítica por parte dos escolares, configura-se como uma ameaça direta, logo, a defesa do movimento Escola Sem Partido surge com esse objetivo, frear os avanços teóricos conquistados pelo(a)s trabalhadore(a)s em educação ao longo dos últimos 20 anos e estabelecer uma agenda de retrocessos nos diversos temas que são debatidos na educação básica, por meio do cerceamento à(o)s docentes, do controle da matriz educacional e do uso do poder de polícia para intimidar àqueles e àquelas que insistirem na luta contra esse movimento.

Nessa perspectiva, a construção da Frente Nacional Escola Sem Mordação, configura-se como o polo de resistência ao conservadorismo na educação. Por meio da Frente tem sido possível mobilizar a categoria docente para combater mais esse ataque às liberdades democráticas que ganhou novo gás com a ascensão do governo Bolsonaro. **(Anexo V).**

Jaqueline Lima (ANDES-SN): Desafios enfrentados no âmbito do GTPCEGDS sobre o tema da mesa. Vive-se uma ampliação do conservadorismo, com aumento da violência contra os setores oprimidos da classe - mulheres, negros e negras e LGBTQTT. O desarquivamento da PEC-29, no Senado, que altera o artigo 5º da CF-88, em que estipula a inviolabilidade do direito a vida, desde a concepção, com o objetivo explícito de se contrapor a garantia do direito ao aborto pelas mulheres, além da PEC-181, na Câmara, que trata da ampliação da licença maternidade nos casos de parto prematuro e que foi modificada, a sua proposta inicial, para atender, também, aos preceitos contrários ao aborto.

Os enfrentamentos em relação aos direitos das mulheres, na atual conjuntura, entrou em novo patamar, principalmente em virtude da criação do Ministério da Mulher, da



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior Família e dos Direitos Humanos, da Reforma da Previdência e do controle sobre o corpo da mulher por meio dos projetos de emenda constitucional em tramitação e das práticas no âmbito do Sistema Único de Saúde.

No campo da LGBTTfobia os ataques também são crescentes. A redução do financiamento para portadore(a)s de HIV, a não materialização do tema LGBTT nos materiais do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, além da garantia de vagas para acesso nas universidades públicas específicas para LGBTT, que foram questionadas e retiradas dos editais as garantias específicas de acesso.

Em levantamento realizado pela coordenação do GTPCEGDS sobre os ataques virtuais às mulheres, negros e negras e LGBTT, identificou-se um crescimento paulatino no ano de 2019, com maior ênfase para as mulheres, principalmente as professoras, com forte impacto para o tema da liberdade de cátedra sobre as mulheres.

Junto a isso, torna-se crescente o processo de criminalização das universidades públicas, com foco para docentes e discentes, a partir de falsas informações propagadas pelo atual governo federal, além do(a)s seus/suas apoiadore(a)s.

Finalizou destacando a necessidade de fortalecimento do GTPCEGDS nas seções sindicais para avançar no processo organizativo e formativo da categoria docente a fim de ampliar o processo de resistência na atual conjuntura, com centralidade para os setores oprimidos da classe. **(Anexo VI).**

Rosineide (ASDUERJ): O debate sobre as cotas raciais nas universidades públicas é um debate que ainda necessita ser ampliado no interior da categoria docente. E para debater esse tema é necessário, inicialmente, tratar do racismo. O conceito utilizado de racismo é o denominado de racismo estrutural. Portanto, essa base é a que fundamenta a ação dos grupos organizados na luta contra o racismo na atual sociedade.

Para isso, a ação do Estado na construção de políticas públicas de combate ao racismo, tendo em vista a sua elevada expressão na sociedade brasileira, torna-se necessária. Após muita luta dos movimentos sociais de combate ao racismo, a dita "democracia racial" construída ao longo das décadas de 1960 e 1970 passaram a ser questionadas a partir da análise da realidade.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Nessa esteira, a luta pela conquista de políticas de ações afirmativas é parte das vitórias dos movimentos sociais de negritude. Acerca desse tema, grande parte das universidades estaduais possuem alguma política de ações afirmativas de sistema de cotas raciais. Junto às políticas de cotas estão atreladas, em alguns casos, as políticas de ações afirmativas com base em critérios sócioeconômicos.

Há um conjunto de formas de desenvolvimento das políticas de cotas no interior das universidades estaduais, que se mesclam com políticas étnicas e sócioeconômicas. Os critérios estabelecidos pelas instituições são diversos, a partir de reserva de vagas, criação de vagas específicas e bônus para o processo de seleção.

A partir da exposição de vários dados sobre a efetividade das políticas de ações afirmativas raciais é possível verificar avanços em um conjunto de instituições e a não efetividade das políticas empreendidas com o nome de políticas raciais em algumas universidades estaduais. Dessa forma, torna-se necessário continuar o debate sobre acesso e permanência, do ponto de vista da negritude, para garantir a realização dessa política de ação afirmativa conforme a sua construção pelos movimentos sociais de negras e negros. **(Anexo VII).**

Das 13h30 às 17h – A Lei da Responsabilidade Fiscal e a imposição das políticas regressivas nas IEES/IMES: caminhos para resistir e reagir.

A terceira mesa tratou do tema "A Lei da Responsabilidade Fiscal e a imposição das políticas regressivas nas IEES/IMES: caminhos para resistir e reagir" com a participação de Adilar Daltoé, da Apug-SSind.; Rodrigo Ávila, da Auditoria Cidadã da Dívida; e Emerson Duarte, 2º Vice-Presidente da Regional Norte II do ANDES-SN.

Rodrigo Ávila (Auditoria Cidadã da Dívida): A Lei de Responsabilidade fiscal deveria ser chamada de "Lei de Irresponsabilidade fiscal. Os bancos têm um patrimônio em ativos de 1 trilhão de reais. Esse recurso é utilizado para comprar títulos da dívida dos governos, os chamados papéis podres. Com isso, os bancos aumentam ainda mais seus lucros, mesmo em tempos de crise. De onde vem a LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal? De um compromisso do governo FHC com o FMI para reduzir os gastos com



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior pessoal (servidore(a)s público(a)s) e reduzir os investimentos sociais. A LRF prevê o cumprimento de meta de resultado primário, excluindo os pagamentos com os bancos, referentes a pagamento de juros e amortizações da dívida, sendo que em 2018 o valor é maior que 1 trilhão, representando 41 % do recurso do Orçamento da União. (**Anexo VIII**)

Prof. Adilar Daltoé (APUG): Há uma série de incoerências na LRF, que tem sido usada para efeitos além do sentido original. A UNIRG não recebe verba pública, mas, apesar disso, os salários do(a)s docentes e servidore(a)s técnico(a)s entram na conta do município para efeito de limite para a folha de pagamento que a LRF prevê, de 50% dos recursos dos estados e municípios. Após a eleição de Bolsonaro, há um ataque aos direitos fundamentais e as liberdades individuais, e em última instância, às instituições que devem garantir a Constituição Federal, como o STF. O debatedor afirma que estamos numa guerra declarada, e precisamos aprender novas formas de luta.

Emerson Duarte (ANDES-SN): Para tratar do conteúdo da Mesa 3 intitulada “A Lei de Responsabilidade Fiscal e a imposição das políticas regressivas nas IEES/IMES: caminhos para resistir e reagir” vale destacar, inicialmente, o peso que tem o setor das IEES/IMES no âmbito das IES públicas. Nesse particular, as IEES/IMES representaram, conforme os últimos dados do Censo da Educação Superior do INEP, de 2018, 63% das instituições públicas, equivalendo a 189 IES; concentram 33% dos docentes das IES públicas, com o total de 59.908; e apresentam 35% das matrículas em cursos de graduação presenciais entre as públicas, com 672.645. Portanto, é desse local que será abordado o debate das políticas regressivas nas IEES/IMES e os caminhos para resistir e reagir. O eixo do financiamento, no debate das políticas, torna-se central. Os ataques as IEES/IMES, na atual conjuntura, tem incidido diretamente no seu financiamento, conseqüentemente, no desenvolvimento das políticas educacionais nessas IES. Nesse particular, a maioria dos estados não ampliou o repasse constitucional mínimo de 25% da receita líquida de impostos para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, as exceções ficam para os estados do Amapá (28%), Goiás (28,25%), Piauí, Acre, São Paulo e Paraná (30%) e Mato Grosso, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (35%). A redução dos investimentos em custeio e capital, assim como o arrocho salarial, ausência de progressões funcionais, cortes no regime de dedicação exclusiva e a não realização de concursos públicos para a recomposição do quadro docente nas IEES/IMES têm se configurado como a regra geral das políticas dos governos estaduais e municipais para com as IES. E isso tem, entre outros fatores, pela ampliação da isenção fiscal nos estados e municípios, pela não destinação específica de recursos para o financiamento dessas instituições, junta a isso, o desenvolvimento da política de liberação dos recursos por meio de repasses aleatórios, ou seja, sem o pagamento de duodécimos garantido, dessa forma, a autonomia financeira e a possibilidade do planejamento e sua execução de modo organizado, além do paulatino processo de precarização dessas instituições como política deliberada dos governos. Nesse marco, o movimento docente tem resistido com paralisações, manifestações coletivas, denúncias nos meios de comunicação, diálogos com a sociedade e greves para pressionar os governos, afim de que assumam a responsabilidade com o financiamento das universidades estaduais e municipais.

Das 17h30 às 20h – Grupos de Discussão

- 1 – Movimento Docente e formas de resistência, autonomia e liberdades democráticas;
- 2 – Financiamento Público das IEES/IMES e os cortes;
- 3 – Direito à Educação pública: acesso e permanência;
- 4 – Precarização do trabalho docente e defesa dos direitos.

As propostas foram apresentadas na plenária final e sistematizadas, as quais constam no final do relatório.

Dia 22/09/19

Das 9h às 11h45 – Plenária Final

A mesa da Plenária Final contou com a participação de diretores(a)s do ANDES-SN, Luiz Blume, 1º Vice-Presidente da Regional Nordeste III; Raquel Dias,; Emerson Duarte, 2º Vice-Presidente da Regional Norte II e Caroline Lima, 1ª Secretária. Nesse momento, cada grupo apresentou suas propostas, as quais foram discutidas e servirão de



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior base para compor o caderno de textos do 39º Congresso do ANDES-SN. Após os debates, o presidente da APUG– Seção Sindical, Paulo Henrique, foi convidado para fazer uma saudação de encerramento do Encontro. Em seguida, Raquel Dias, em nome da Coordenação do Setor, agradeceu à seção sindical, a(o)s presentes e a todo(a)s envolvido(a)s na construção do XVII Encontro Nacional e encerrou o evento.

Síntese das propostas dos grupos sistematizadas na plenária final

Grupo 1 – Movimento Docente e formas de resistência, autonomia e liberdades democráticas

Encaminhamentos:

1. Produzir uma cartilha sobre liberdade de cátedra com orientações para docentes das universidades, dos institutos e dos CEFET para enfrentar a perseguição, criminalização e o assédio moral.
2. Realizar uma campanha com vídeos com o slogan “O que a Universidade (o nome da instituição) faz pelo estado (o nome do estado)”?
3. Reafirmar a defesa da DE como regime prioritário de trabalho. Campanha em defesa da DE feita nacionalmente.
4. Combater todas as formas de controle do trabalho docente (ponto eletrônico, PAD etc.).
5. Reativar a Frente em Defesa das Universidades Públicas
6. Fazer uma campanha em Defesa das Universidades Públicas (vídeos, card, redes sociais, outdoor, busdoor, etc.).
7. Fortalecer os fóruns de AD ou equivalentes onde existem e criar onde não existem ainda.
8. Campanha de valorização docente que tenha como foco a defesa da melhoria das condições de trabalho.
9. Campanha em Defesa do Financiamento Público para as Universidades Públicas.
10. Intensificar as atividades “Universidade na Praça”, como aulas públicas, divulgação da produção acadêmica e científica etc.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

11. Lutar contra os cortes no orçamento da educação em articulação com o setor das IFES e com as outras entidades nacionais da educação.
12. Campanha em Defesa da Autonomia Universitária conforme artigo 207 da CF 1988.
13. Realizar atividades que discutam a questão da mulher e o movimento docente para fortalecer as professoras como dirigentes sindicais.
14. Promover cursos de formação política sobre “Assédio sexual”.
15. Realizar campanha contra as isenções fiscais comparando com o investimento nas universidades.

Grupo - 2 *Financiamento público das IEES/IMES e os cortes*

Encaminhamentos:

1. Atuar na disputa do conteúdo da LOA e LDO nos Estados para o financiamento das IEES-IMES;
2. Realizar estudos locais para verificar o impacto da Renegociação das Dívidas dos Estados sobre o financiamento das IEES/IMES;
3. Construir, em conjunto com a categoria da Educação Básica, ações para ampliar os recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE);
4. Mapear o volume de recursos com a desoneração fiscal nos Estados e Municípios, realizar uma campanha com esses dados, comparando com o orçamento das IEES/IMES;
5. Construir, em conjunto com demais movimentos sociais e sindicatos, propostas para a Reforma Tributária;
6. Construir uma campanha pela Revogação da Lei Kandir e EC 95/2016 e lutar pela garantia do pagamento da dívida da cota parte dos Estados pela União;
7. Publicizar as informações sobre as empresas devedoras nos Estados e Municípios;
8. Atuar a partir de ações judiciais para que o executivo cumpra a LDO aprovada nos estados e municípios com o financiamento das IEES/IMES;
9. Realizar estudos sobre as consequências da Lei de Responsabilidade Fiscal e a retirada/não garantia de direitos do(a)s docentes das IEES/IMES;



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

10. Construir uma cartilha sobre o Financiamento das IEES-IMES em articulação com a Auditoria Cidadã da Dívida a partir dos eixos aprovados nesse encontro nacional do setor, com o tema central: A disputa do fundo público nos estados e municípios;
11. Incentivar as seções sindicais a produzir cartilhas locais a partir do conteúdo da cartilha nacional.

Grupos 3 – *Direito à Educação pública: acesso e permanência*

Encaminhamentos:

- 1- Apontar o processo de privatização e desfinanciamento por dentro das IEES/IMES com os impactos do “Future-se” e projetos similares;
- 2 - Defesa da continuidade e ampliação das ações afirmativas para negros/as, indígenas e suas políticas públicas nas IEES/IMES;
- 3 – Que as seções sindicais articulem ações em conjunto com outros setores das IEES/IMES que pensem o cuidado com a saúde mental de docentes, discentes e TAE’s;
- 4 - Defesa do serviço médico e odontológico nas IEES/IMES como política de permanência;
- 5 - Defesa da residência estudantil e Restaurante Universitário e creche;
- 6 - Espaço de acolhimento nas Universidades para a comunidade acadêmica com o objetivo de respeitar as dinâmicas culturais (Quilombolas, Ribeirinhos, Indígenas), dar acompanhamento psicológico e de assistência social;
- 7- Pensar a evasão a partir dos cortes orçamentários e da ausência de uma política de cuidado com docentes, estudantes e TAE’s;
- 8 - Intensificar a campanha de combate ao assédio moral e sexual e implementação de comissões e ouvidorias específicas para esses casos;
- 9- Aproximação da Universidade da educação básica e da população;
- 10- No Encontro EBTT/CAP em novembro constituir espaço para o debate da relação Universidade e Educação básica;
- 11- Intensificar as ações conjuntas entre as categorias na defesa da Universidade e das políticas públicas de acesso e permanência;



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

12- Campanha de defesa de Leis equivalentes à Lei 12.990/14, nos Estados onde houver, e proposição nos que não houver, no âmbito das Administrações das Universidades e das Assembleias Legislativas;

13- Garantia de acessibilidade nas IEES/IMES no seu espaço físico e nos laboratórios para as pessoas com deficiência;

14- Garantia de formação e condições de trabalho para os(as) docentes receberem e desenvolverem ensino, pesquisa e extensão de forma inclusiva com os estudantes com deficiência.

Grupo 4: Precarização do trabalho docente e defesa dos direitos

Encaminhamentos

1. Incluir no Plano Geral de Lutas do Setor a luta contra a intensificação do trabalho docente, com o aumento da carga horária docente;
2. Que as seções sindicais encaminhem para o setor estudo sobre o número de disciplinas que estão sem professor nas IEES-IMES, para posterior sistematização no setor sobre as condições de trabalho nas IEES-IMES;
3. Que as seções sindicais realizem um levantamento sobre a carência de professores, sobre os mecanismos de aumento da carga horária docente para posterior discussão no setor das IEES-IMES;
4. Que o setor proponha uma campanha do Regime de Dedicção Exclusiva como regime de trabalho e carga horária de 8 horas de sala de aula para garantir ensino, pesquisa e extensão de qualidade;
5. Analisar a relação do corte no custeio e investimento e a precarização das condições de trabalho docente;
6. Defesa dos Planos de Cargos e Salários contra o desmonte da carreira de docentes;
7. Que as seções sindicais apontem mecanismos legais que estão sendo utilizado para impedir a intensificação por meio do aumento da carga horária (a exemplo da liminar de ADIN no caso da alteração do Estatuto do Magistério Superior do estado da Bahia em 2019);
8. Lutar contra a suspensão de pagamentos de transporte para deslocamento docente para aulas no interior;



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

9. Lutar contra adoção de trabalho voluntário nas atividades de ensino e realizar uma campanha de denúncia onde acontecer;
10. Lutar contra a adoção de mecanismos de controle da atividade docente disfarçadas de avaliação docente;
11. Lutar contra a implantação de ponto eletrônico como mecanismo de controle do trabalho docente;
12. Que o ANDES-SN construa uma Campanha por reajuste e recomposição salarial.
13. Que as seções sindicais realizem um levantamento de dados sobre o adoecimento docente nas instituições, retomando a campanha de levantamento das informações, em conjunto com o GTSSA;
14. Que as seções sindicais intensifiquem a denúncia do assédio moral e sexual nas IEES-IMES;
15. Que o ANDES-SN apoie a luta pela contratação de técnicos e garantia de assistência e permanência estudantil.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANEXO I

PRESENTES

Dia: 20/09/2019

Tarde/Noite

Diretores(a) (Coordenação): Raquel Dias Araujo, Luiz Henrique dos Santos Blume, Caroline de Araújo Lima, Mauricio Alves da Silva e Antônio Gonçalves Filho

Seções Sindicais: **ADUNEB** (Lilian Marinho e Ana Margarete Gomes da Silva); **ADUNEMAT** (Silvia Regina Nunes); **APUG** (Antônio Jeronimo Netto, Sara Falcão, Maria Leci Bessa de Matos, Eduardo Fernandes de Miranda, Wataro Nelson Ogawa, Adilar Daltoé, Paulo Albuquerque de Lis, Paulo Marques e Joel Moisés Silva Pinho); **SESDUEM** (Edmilson Aparecido da Silva); **SINDIUVA** (Amélia Soares André e Joannes Paulus Silva Forte); **ASDUERJ** (Rosineide Cristina Freitas e Dario de Souza e Silva Filho); **ADUENF** (Luciane Soares da Silva, Ricardo Nóbrega e Maria Raquel Garcia Vega); **SINDUEPA** (Zaira Valeska D. da Fonseca); **ADUFS-BA** (André Almeida Uzêda); **ADUSB-BA** (Alexandre Galvão Carvalho, Andréa Gomes da Silva e Jorge Costa do Nascimento); **ADCESP** (Rosângela Assunção); **ADUEPB** (Mauriene Silva de Freitas); **APUG** (Gilberto Correira da Silva); **SESDUFT** (Fabio Kenji Nohama, Neila Nunes de Souza e Francisco Satuf); **ADUNIMONTES** (Rafael Baioni do Nascimento e Ana Paula Glinfskoi Thé); **SINDUECE**-(Virginia Márcia Assunção Viana e Sandra Maria Gadelha de Carvalho); **ADUERN** (Rivania Lucia Moura de Assis).

Outras Entidades: **SINTET**-(Neila Glória Cristino Araujo e Gabriela Cardoso Zanina Queiroz)

Dia: 21/09/2019

Manhã

Diretores(a) (Coordenação): Raquel Dias Araujo, Luiz Henrique dos Santos Blume, Caroline de Araújo Lima, Mauricio Alves da Silva, Antônio Gonçalves Filho e Emerson Duarte Monte

Seções Sindicais: **ASDUERJ** (Dario de Souza e Silva Filho e Rosineide Cristina Freitas); **ADUSB** (Jorge Nascimento, Andréa Gomes da Silva e Alexandre Galvão Carvalho); **ADUFS-BA** (André Almeida Uzêda) **APUG** (Adilar Daltoé, Paulo Henrique Costa Mattos, Maria Leci Bessa de Matos e Gilberto Correira da Silva);

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO. DIREITO DE TODOS. DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

SESDUEM (Edmilson Aparecido da Silva); **ADUEPB** (Mauriene Silva de Freitas); **SINDUEPA** (Zaira Valeska D. da Fonseca); **ADUSB** (Andréa Gomes da Silva e Alexandre Galvão Carvalho); **SINDUECE** (Virginia Márcia Assunção Viana e Sandra Maria Gadelha de Carvalho); **ADUNEB** (Lilian Marinho e Ana Margarete Gomes da Silva); **ADUNEMAT** (Sílvia Regina Nunes); **ADUENF** (Maria Raquel Garcia Veja e Ricardo Nóbrega); **SESDUFT** (Neila Nunes de Souza e Fábio Kenji Nohama); **ADUNIMONTES** (Rafael Baioni do Nascimento e Ana Paula Glinfskoi Thé); **ADCESP** (Rosângela Assunção); **SINDIUVA** (Amélia Soares André e Joannes Paulus Silva Forte).

Outras Entidades: **UNIRG**-(Rúbia Caetano Cardoso)

Dia: 21/09/2019

Tarde

Diretores(a) (Coordenação): Raquel Dias Araujo, Luiz Henrique dos Santos Blume, Mauricio Alves da Silva, Caroline de Araújo Lima e Emerson Duarte Monte

Seções Sindicais: **ADUNEB** (Lilian Marinho e Ana Margarete Gomes da Silva); **ADUNEMAT** (Sílvia Regina Nunes); **ADUSB** (Alexandre Galvão Carvalho e Andréa Gomes da Silva); **ASDUERJ**-(Dario de Souza e Silva Filho e Rosineide Cristina Freitas); **ADUENF** (Luciane Soares da Silva, Ricardo Nóbrega e Maria Raquel Garcia Vega); **ADUEPB** (Mauriene Silva de Freitas); **SINDUEPA** (Zaira Valeska D. da Fonseca); **SINDIUVA** (Amélia Soares André e Joannes Paulus Silva Forte); **SINDUECE** (Virginia Márcia Assunção Viana e Sandra Maria Gadelha de Carvalho); **SESDUFT** (Fábio Kenji Nohama, Neila Nunes de Souza); **APUG** (Maria Leci Bessa de Matos, Paulo Henrique Costa Mattos, Joel Moisés Silva Pinho e Gilberto Correira da Silva); **SESDUEM** (Edmilson Aparecido da Silva); **ADUNIMONTES** (Rafael Baioni do Nascimento e Ana Paula Glinfskoi Thé); **ADCESP** (Rosângela Assunção); **ADUFS-BA** (André Almeida Uzêda e Jorge Nascimento).

Outras Entidades: **UNIRG** (Antônio José Roveroni)

Dia: 22/09/2019

Manhã

Diretores(a) (Coordenação): Raquel Dias Araujo, Luiz Henrique dos Santos Blume, Mauricio Alves da Silva, Caroline de Araújo Lima e Emerson Duarte Monte



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Seções Sindicais: **SINDUECE** (Sandra Maria Gadelha de Carvalho e Virginia Márcia Assunção Viana); **ASDUERJ** (Dario de Souza e Silva Filho e Rosineide Cristina Freitas); **SINDIUVA** (Amélia Soares André e Joannes Paulus Silva Forte); **ADUENF** (Maria Raquel Garcia Veja, Ricardo Nóbrega e Luciane Soares da Silva); **SINDUEPA** (Zaira Valeska D. da Fonseca); **ADCESP** (Rosângela Assunção); **ADUEPB** (Mauriene Silva de Freitas); **SESDUEM** (Edmilson Aparecido da Silva); **ADUNEB** (Ana Margarete Gomes da Silva e Lilian Marinho); **ADUNIMONTES** (Ana Paula Glinfskoi Thé e Rafael Baioni do Nascimento); **ADUSB** (Alexandre Galvão Carvalho, José Costa do Nascimento e Andréa Gomes da Silva); **ADUFS-BA** (André Almeida Uzêda); **SESDUFT** (Fabio Kenji Nohama); **APUG** (Maria Leci Bessa de Matos, Paulo Henrique Costa Mattos, Joel Moisés Silva Pinho e Edna Pinho).



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANEXO II

Circular nº 350/19

Brasília (DF), 04 de setembro de 2019

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s diretora(e)s do ANDES-SN

Companheiro(a)s,

Em complementação à Circular nº 267/19, que convocou o XVII Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES do ANDES-SN, encaminhamos anexa planilha para orientar as apresentações do(a)s representantes das seções sindicais no Painel que ocorrerá no referido Encontro, no dia 20 de setembro de 2019, das 18h às 20h. Aproveitamos para informar que cada representante terá aproximadamente 5 (cinco) minutos para apresentar a situação atual de sua universidade, utilizando como referência a planilha.

Solicitamos que a seção sindical preencha a planilha anexa e a encaminhe para o e-mail da secretaria do ANDES-SN (secretaria@andes.org.br), até o dia 16 de setembro de 2019 (segunda-feira), para que a Coordenação do Setor possa sistematizar o(a)s dados/informações antes do evento.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof.^a Caroline de Araújo Lima
1^a Secretária



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANEXO À CIRCULAR 3550/19

Orientações para apresentação no Painel do XVII Encontro Nacional do Setor das IEES e IMES do ANDES-SN

Eixo 1 – Condições de Trabalho
❖ Trabalho Docente
Dispositivos de vigilância e controle
Casos de adoecimento docente no ambiente de trabalho
❖ Carreira
Situação do Plano de Cargos e Carreiras
Situação da regularidade dos processos de progressão e promoção
Situação da Dedicção Exclusiva
❖ Salário
Regularidade no pagamento dos salários/13º salário na universidade
Nível de perdas salariais acumuladas do(a)s docentes da universidade
Eixo 2 – Seguridade Social
❖ Previdência
Situação atual da Previdência: pública ou complementar
Percentual atual da contribuição para a previdência: servidore(a)s e estado
❖ Assistência à Saúde
Situação atual do Plano de Assistência à Saúde
Eixo 3 – Política de Educação Superior
❖ Graduação e Pós-Graduação
Situação geral e do avanço da graduação na modalidade à distância
Situação geral e do avanço da pós-graduação à distância e paga
❖ Concurso Público
Situação geral e <i>Déficit</i> de vagas para professor(a) efetivo(a)
❖ Financiamento
Nível de cortes em custeio e capital na universidade
Volume anual de repasse de verbas pelo governo para a universidade
❖ Democracia Universitária
Processo Estatuinte
Forma de eleição para a reitoria
Forma de participação da comunidade universitária nas eleições
Eixo 4 – Movimento Docente
❖ Mobilizações e Greves
Situação da Greve e das Mobilizações na universidade
❖ Assédio e Criminalização
Casos de assédio moral, sexual, racismo e criminalização
❖ Negociação com o Governo
Negociação com o governo
Pauta de negociação

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO. DIREITO DE TODOS. DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Eixo 5 - Outras

- | |
|---|
| ❖ Secretaria do governo em que a universidade está vinculada |
| ❖ Destacar outras questões que desejarem acrescentar |
| ❖ Destacar as questões que exigem <i>imediato</i> enfrentamento por parte do Sindicato |



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANEXO III

Painel das Seções Sindicais (Informes das Seções Sindicais)

ADCESP

Orientações para apresentação no Painel do XVII Encontro Nacional do Setor das IEES e IMES do ANDES-SN **SESSÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UESPI-ADCESP**

Eixo 1 – Condições de Trabalho
❖ Trabalho Docente
Dispositivos de vigilância e controle O controle da atividade docente, ainda é feito pelo coordenador de curso e Pró-reitoria de ensino. Mas já tem o professor ON-LINE para registrar as aulas e frequências dos alunos. Não temos ponto eletrônico, mas temos resolução dos encargos docentes que controla as atividades priorizando o ensino em detrimento da pesquisa e extensão.
Casos de adoecimento docente no ambiente de trabalho A sessão sindical não tem dados sobre essa situação, atualmente existe 14 professores de licença mais não sabemos se por adoecimento.
❖ Carreira
Situação do Plano de Cargos e Carreiras Estamos sofrendo ataque ao nossa Plano de Carreira por parte da administração superior da IES e do governo do Estado. Querem mexer em nossa carga horária que atualmente são 16 horas de ensino para D.E e professor 40H para ambos ministrarem 20 horas aulas de ensino, com possibilidade de redução só após aprovação no CONAPLA/ Conselho de Planejamento. Com a nova redação da Lei, o ensino terá prioridade sobre a pesquisa e extensão. Querem aprovar a mudança na Lei sem passar pelos conselhos superiores da universidade, ferindo nossa autonomia administrativa. A sessão sindical denunciou e está mobilizada contra mais esse ataque. Atualmente o professor D.E ministra 16 horas de ensino, 16 de planejamento e 8 de pesquisa e extensão, sendo que o professor pode reduzir sua carga horária até 8h de ensino caso comprove atividades de pesquisa, extensão e administração. Com a nova mudança na lei, terá que ministrar 20 horas aulas de ensino e só poderá reduzir no máximo a 10 horas de ensino, caso comprove as atividades nos Conselhos superiores. Entendemos como ataque ao tripé da universidade. O Plano de Cargos, Carreira e Salário não está sendo respeitado, principalmente no que se refere a implantação das progressões e promoções e de concurso público. Ainda não preenchemos as vagas necessárias de professores efetivos.
Situação da regularidade dos processos de progressão e promoção A situação de progressão e promoção tem sido onde se configura o nosso maior ataque, o governo não tem implantado alegando que está no limite prudencial. Durante a greve de 2019 conseguimos a implantação das progressões e promoções de outubro de 2018, as de maio desse ano e as de outubro, estão esperando o estado sair do limite prudencial. As portarias são emitidas pela reitoria mais não são implantadas pelo governo. Só são implantadas durante os meses de maio e outubro, mesmo assim o governo não tem respeitado esse processo na universidade. Temos professores com portarias de novembro de 2018 sem implantação. Ainda enfrentamos as resistências da administração em implantar as promoções e progressões dos professores em

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS. DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

estágio probatório. A implantação dessas promoções e progressões tem sido uma das maiores bandeiras de lutas, fato que nos impedem de avançarmos em mais direitos, a luta tem sido de resistência para não se perder o conquistado.

Situação da Dedicção Exclusiva

De um total de 961 professores do quadro efetivo, 430 são em regime de Dedicção Exclusiva. Até o momento a Dedicção Exclusiva era fácil adquirir, agora a administração tem colocado que as vagas para esse regime estão acabando e após acabar essas vagas não será mais concedido. No último concurso realizado não foi ofertada vaga nesse regime, o que prova um ataque a carreira. E os professores que solicitaram recentemente tem passado por grandes dificuldades para adquirir. O sistema é igual ao das progressões e promoções, o docente recebe a portaria da administração superior mais o governo não implanta alegando limite prudencial. Também segue o mesmo calendário de implantação, nos meses de maio e outubro.

❖ Salário

Regularidade no pagamento dos salários/13º salário na universidade

Até o momento tem sido obedecido, uma parte em dezembro e outra na data do aniversário do docente. O salário tem sido pago em dias, sempre depois do dia 10 de cada mês, o décimo também tem sido pago regularmente.

Nível de perdas salariais acumuladas do(a)s docentes da universidade

Já vamos para cinco anos sem reajuste, o que acumula uma perda salarial de mais de 33% somando o acumulado da inflação dos últimos cinco anos. Segundo estudos feitos por economista contratado pelo sindicato, nossas perdas salariais acumuladas são de 33% em relação à inflação.

Eixo 2 – Seguridade Social

❖ Previdência

Situação atual da Previdência: pública ou complementar

Quem entrou a partir de 2017 irá se aposentar com as regras do INSS, caso queira ter direito ao valor integral de vencimento terá que aderir a previdência complementar.

Percentual atual da contribuição para a previdência: servidore(a)s e estado

14%

❖ Assistência à Saúde

Situação atual do Plano de Assistência à Saúde

O plano IAPEP-SAÚDE limita o atendimento, mas ainda está atendendo. As vezes fica suspenso por falta de pagamento do governo do estado aos hospitais conveniados. Os servidores do Estado são atendidos pelos planos IAPEP SAÚDE e PLAMTA, mas a rede credenciada já suspendeu o atendimento duas vezes esse ano por falta de pagamentos do governo do Estado, que desconta do servidor mais não repassa para as clínicas de saúde. A maioria dos sócios da ADCESP tem a UNIMED em convênio com o sindicato.

Eixo 3 – Política de Educação Superior

❖ Graduação e Pós-Graduação

Situação geral e do avanço da graduação na modalidade à distância

Tem crescido muito, mas também é oferecido de forma precária. A CAPES suspendeu o último edital de seleção de alunos previstos 1.125 vagas para ingresso com início das aulas em 2019.2, provando as dificuldades enfrentadas inclusive na EAD. A UESPI oferece atualmente, 07 cursos de graduação entre bacharelado e licenciaturas em 35 polos de todas as regiões do Piauí.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

<p>Situação geral e do avanço da pós-graduação à distância e paga</p> <p>Atualmente, a Universidade Estadual do Piauí-UESPI oferece, 13 cursos de pós-graduação lato sensu em 15 municípios.</p>
<p>❖ Concurso Público</p> <p>Situação geral e Déficit de vagas para professor(a) efetivo(a)</p> <p>O déficit é em torno de 729 vagas para preencher o quadro docente, passando a ter seletivo somente para professor substituto. Hoje existe o professor provisório. Do último concurso ainda faltam chamar 27 professores que ficaram classificados, estamos na luta para o chamamento desses professores. Déficit de vagas para professor efetivo De acordo com o Departamento de Gestão de Pessoal da UESPI, a lei 6.979/2017 prevê 1.699 professores efetivos, como temos 970 professores efetivos, falta preencher ainda 729 vagas. Foi feito concurso em 2018 com o oferecimento de 193 vagas, mas só foram aprovados 167 professores, o que prova que continuamos necessitando de concurso público.</p>
<p>❖ Financiamento</p> <p>Nível de cortes em custeio e capital na universidade</p> <p>Seguiu-se o corte que já vem sendo feito nas federais, em torno de 30%. O orçado nunca é executado. Volume anual de repasse de verbas pelo governo para a universidade Orçamento total para 2019 R\$ 265.297.547,00</p>
<p>Volume anual de repasse de verbas pelo governo para a universidade</p> <p>O orçado nunca é executado. Volume anual de repasse de verbas pelo governo para a universidade Orçamento total para 2019 R\$ 265.297.547,00</p>
<p>❖ Democracia Universitária</p> <p>Processo Estatuinte</p> <p>O Estatuto da Universidade é omissivo em relação à eleição, a cada eleição se faz o regramento da eleição. A de 2017, foram definidos os pesos para professor 70%, alunos e técnicos 15%. Motivo de muitos protestos na universidade. Esse ano foi tirado comissão para revisar Estatuto e Regimento da Instituição.</p>
<p>Forma de eleição para a reitoria</p> <p>Os três seguimentos participam, mas ao final a escolha fica a cargo do governador aceitar o eleito pela comunidade universitária. Até o momento, os eleitos foram empossados pelo governador.</p>
<p>Forma de participação da comunidade universitária nas eleições</p> <p>Forma de participação comunitária nas eleições, é definida através de pesos o valor do voto de cada seguimento. Podem votar todos os professores efetivos em exercício e afastados para qualificação, estudantes matriculados nos cursos de graduação presencial e pós-graduação stricto sensu e técnicos efetivos.</p>
<p>Eixo 4 – Movimento Docente</p>
<p>❖ Mobilizações e Greves</p> <p>Situação da Greve e das Mobilizações na universidade</p> <p>Estamos em Estado de Greve, como forma de alertar o governo de nossa péssima condição, agravada pela falta de professores, temos atualmente 590 disciplinas descobertas por falta de professores. Fizemos mobilização através de audiência Pública para denunciar a situação da UESPI e obrigar o governo a chamar os professores aprovados no concurso de 2018. Iniciamos a nossa campanha salarial que foi interrompida por causa da Lei Eleitoral mas que retornaremos após eleições. Mobilizamos os docentes para forçar o governo a implantar as progressões e</p>



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

<p>promoções que estavam paradas, nesse caso conseguimos essa vitória.</p>
<p>❖ Assédio e Criminalização</p>
<p>Casos de assédio moral, sexual, racismo e criminalização. Não temos comissão de assédio, até o momento não temos registros desses crimes pela sessão sindical.</p>
<p>❖ Negociação com o Governo</p>
<p>Pauta de negociação Nossa pauta salarial é de reposição das perdas inflacionária dos últimos seis anos, correspondendo a 33%; respeito ao nosso PCCS, com implantação imediata das promoções, progressões, mudança de nível; realização de concurso público; garantia do orçamento da UESPI com autonomia de gestão financeira para o pleno funcionamento da universidade e da política de apoio estudantil.</p>
<p>Eixo 5 – Outras</p>
<p>❖ Secretaria do governo em que a universidade está vinculada</p>
<p>❖ Nós somos uma Fundação que tem status de secretaria de Estado- FUESPI/ FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ. Estamos atrelados a Secretaria de Administração e Previdência do Estado do Piauí, é com esse secretário e com a secretaria de governo que negociamos nossas pautas.</p>
<p>❖ Destacar outras questões que desejarem acrescentar</p>
<p>❖ Lutar sempre para que nosso Plano de Cargos Carreira e Salários/PCCS seja respeitado.</p>
<p>❖ Destacar as questões que exigem imediato enfrentamento por parte do Sindicato</p>
<p>❖ Lutar para que nosso Plano de Cargos Carreira e Salários/PCCS seja respeitado. Este está sendo atacado atualmente por governo e administração superior, com mediadas de alteração da carga horária docente, ampliando para 20 horas aulas de ensino, precarizando a pesquisa e extensão.</p>



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ADUNEMAT

**Orientações para apresentação no Painel do
XVII Encontro Nacional do Setor das IEES e IMES do ANDES-SN**

Eixo 1 – Condições de Trabalho
❖ Trabalho Docente
Dispositivos de vigilância e controle - Registro Biométrico / COPAD
Casos de adoecimento docente no ambiente de trabalho - 55 professores de licença para tratamento de saúde no ano de 2019, 50 professores tiveram sua licença prorrogada.
❖ Carreira
Situação do Plano de Cargos e Carreiras - Existe, Regularizado.
Situação da regularidade dos processos de progressão e promoção - Regularizado.
Situação da Dedicção Exclusiva - Regularizado.
❖ Salário
Regularidade no pagamento dos salários/13º salário na universidade - Atrasado.
Nível de perdas salariais acumuladas do(a)s docentes da universidade - Atrasado/ Não cumpre RGA, 9,62%.
Eixo 2 – Seguridade Social
❖ Previdência
Situação atual da Previdência: pública ou complementar - Pública / Regime Próprio.
Percentual atual da contribuição para a previdência: servidore(a)s e estado - 11%
❖ Assistência à Saúde
Situação atual do Plano de Assistência à Saúde - MT Saúde / UNIMED
Eixo 3 – Política de Educação Superior
❖ Graduação e Pós-Graduação
Situação geral e do avanço da graduação na modalidade à distância - 52 cursos.
Situação geral e do avanço da pós-graduação à distância e paga - 07 cursos de



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

especialização a distância.
❖ Concurso Público
Situação geral e <i>Déficit</i> de vagas para professor(a) efetivo(a)
❖ Financiamento
Nível de cortes em custeio e capital na universidade - Aproximadamente 50%
Volume anual de repasse de verbas pelo governo para a universidade - 2,5% da receita líquida.
❖ Democracia Universitária
Processo Estatuinte
Forma de eleição para a reitoria - As eleições para provimento dos cargos de Reitor e Vice-Reitor serão realizadas em chapa única e deverão ser convocadas a partir de edital elaborado pela Comissão eleitoral.
Forma de participação da comunidade universitária nas eleições - I. Representação Docente: 70% (setenta por cento) do total de conselheiros; II. Representação dos PTES: 20% (vinte por cento) do total de conselheiros; III. Representação dos Discentes: 10% (dez por cento) do total de conselheiros;
Eixo 4 – Movimento Docente
❖ Mobilizações e Greves
Situação da Greve e das Mobilizações na universidade
❖ Assédio e Criminalização
Casos de assédio moral, sexual, racismo e criminalização
❖ Negociação com o Governo
Negociação com o governo - Não há.
Pauta de negociação - Enviada/ não houve resposta/ reiterada e não houve resposta.
Eixo 5 – Outras
❖ Secretaria do governo em que a universidade está vinculada
❖ Destacar outras questões que desejarem acrescentar
❖ Destacar as questões que exigem <i>imediato</i> enfrentamento por parte do Sindicato



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

SESDUEM

**Orientações para apresentação no Painel do
XVII Encontro Nacional do Setor das IEES e IMES do ANDES-SN**

Eixo 1 – Condições de Trabalho
❖ Trabalho Docente
A UEM não tem ainda controle de horários dos docentes, mas o promotor público já cobrou publicamente a implantação de mecanismos de controle.
Casos de adoecimento docente no ambiente de trabalho: Solicitei aos setores responsáveis mas eles não tem um levantamento oficial sobre estes números, embora relataram que visivelmente houve aumento no número de afastamentos para tratamentos médicos e de atendimentos psicológicos e psiquiátricos a docentes da nossa instituição em programas oferecidos pela UEM.
❖ Carreira
Situação do Plano de Cargos e Carreiras: No começo do ano o governo apresentou a PLC 004/2019 que tinha como proposta congelar as carreiras e data base de todos os servidores públicos do Estado do Paraná por 20 anos. PLC que só foi retirado da Assembleia Legislativa como parte do acordo para encerramento das greves dos servidores públicos.
Situação da regularidade dos processos de progressões e promoções: Como ainda fazemos a gestão da nossa folha de pagamento a regularidade de implantação das progressões e promoções está normal.
Situação da Dedicção Exclusiva: Embora haja conversas nos bastidores para restringir o número de professores docentes nada ainda se materializou além de interpretações de parte de uma MINUTA de uma Lei Geral das Universidades – LGU que está em debate na SETI
❖ Salário
Regularidade no pagamento dos salários/13º salário na universidade: Normal
Nível de perdas salariais acumuladas do(a)s docentes da universidade: Até Maio de 2018 temos uma perda com base na inflação acumulada em 17,06% uma vez que a última reposição da inflação foi em Janeiro de 2016, totalizando portanto 40 meses sem reajuste. A proposta apresentada para encerrar a Greve de 49 dias que tivemos agora em 2019 prevê uma reposição da inflação de 2% em Janeiro de 2020, uma parcela de 1,5% em Janeiro de 2021 e por fim uma última parcela de 1,5% em Janeiro de 2022, essa proposta foi rejeitada por nossa assembleia.
Eixo 2 – Seguridade Social
❖ Previdência
Situação atual da Previdência: pública ou complementar: O Paraná Previdência está com déficit, mas hoje só temos a previdência pública.
Percentual atual da contribuição para a previdência: servidores(as) e estado: 11%
❖ Assistência à Saúde
Situação atual do Plano de Assistência à Saúde: Extremamente precário e a grande maioria dos professores precisa apelar para planos de saúde particulares.
Eixo 3 – Política de Educação Superior
❖ Graduação e Pós-Graduação
Situação geral e do avanço da graduação na modalidade à distância: Percebe-se um freio

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO. DIREITO DE TODOS. DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

neste avanço, muito mais pelos cortes de recursos financeiros do que por uma mudança de estratégia educacional.

Situação geral e do avanço da pós-graduação à distância e paga: Não temos nenhuma pós graduação stricto sensu pago, mas temos poucas pós graduação lato sensu que são pagas, a abertura dessas Pós pagas reduziu muito em função das altas taxas cobradas pela universidade e pela DREM aplicada ilegalmente pelo governo estadual e que acaba por contingenciar 30% dos recursos gerados pela própria universidade.

❖ **Concurso Público**

Situação geral e *Déficit* de vagas para professor(a) efetivo(a): O último concurso aconteceu em 2015 e até hoje não foram nomeados, as nomeações que estão acontecendo é só via judicial. Não há anuência de vagas desde Agosto de 2014. Hoje o déficit de docentes é de 552.

❖ **Financiamento**

Nível de cortes em custeio e capital na universidade

Volume anual de repasse de verbas pelo governo para a universidade

❖ **Democracia Universitária**

Processo Estatuinte

Forma de eleição para a reitoria: Direta, embora a lei estadual ainda fala em lista tríplice, aqui o nosso COU encaminha o governo apenas os nomes dos primeiros colocados.

Forma de participação da comunidade universitária nas eleições: 33,33 para cada segmento da comunidade universitária (docentes, discentes e técnicos)

Eixo 4 – Movimento Docente

❖ **Mobilizações e Greves**

Situação da Greve e das Mobilizações na universidade: Tivemos uma greve neste ano que começou no dia 26/06 e terminou no dia 13/08 foi uma greve complicada de se iniciar porque estávamos há 2 semanas do fim do semestre, mas ela foi importante porque depois de vários anos foi uma greve que conseguimos fazer unificada com outras categorias de servidores públicos, como professores e técnicos das escolas de ensino médio, agentes penitenciários, policiais civis e militares, pessoal da saúde e engenheiros e técnicos agrônomos.

❖ **Assédio e Criminalização**

Casos de assédio moral, sexual, racismo e criminalização: Não existe uma política institucional para isso, embora a SESDUEM participe de discussões para criação de espaços para debater e combater esses crimes. Notamos um aumento de denúncias e por consequência de punições principalmente em casos de assédios sexuais.

❖ **Negociação com o Governo**

Negociação com o governo: Sempre muito complicadas e precisamos sempre fazer a partir de coletivos de sindicatos, quando envolve todos os servidores públicos fazemos discussões pelo FES - Fórum de Entidades Sindicais e quando a pauta é específica das universidades públicas fazemos via CSD - Comando Sindical Docente que reúne todas as seções sindicais do ANDES que representam docentes de todas as 7 IEES Paranaenses.

Pauta de negociação: Hoje nossa pauta principal é a defesa a Licença Prêmio que com a retirada da PLC 004/2019 o governo apresentou a PLC 006/2019 que visa basicamente acabar com a licença prêmio. Outra luta é a questão da LGU que conseguimos que a maioria das nossas comunidades universitárias RECHACEM essa Minuta mas muito provavelmente a SETI vai encaminhar para o governo que deverá encaminhar para a ALEP.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Eixo 5 – Outras
❖ Secretaria do governo em que a universidade está vinculada: SETI que neste governo perdeu status de Secretária e passou a ser uma Superintendência.
❖ Destacar outras questões que desejarem acrescentar
❖ Destacar as questões que exigem <i>imediato</i> enfrentamento por parte do Sindicato